

Ensaio de adaptação da organização militar às condições futuras da guerra

General de Lattre de Tassigny

(Tradução)

Nota da Redação. — Com a devida vênia transcrevemos da "Revue de Défense Nationale" a conferência que se segue, proferida na Escola de Estado-Maior Francesa pelo Senhor General de Lattre de Tassigny.

Se é verdade que a preparação para a guerra é função do meio físico e humano, e que, portanto, não pode haver planos ou regras universais aplicáveis a qualquer país, não é menos certo que, no domínio das idéias e das realidades presentes, há princípios e considerações tão lógicas e realistas que bem podem servir de guias tanto à reflexão quanto às conclusões, em cada caso particular.

Eis por que julgamos útil a divulgação dos conceitos expostos pelo eminente Chefe, o General de Lattre, na certeza de que merecerá a atenção e o interesse de todos quantos, pela função que exerçam, ou por suas atividades, caiba uma parcela de responsabilidade pelos destinos do país, sejam eles chefes militares, homens do governo ou personalidades dos quadros civis, ou legisladores, notadamente os que integram as comissões especializadas no estudo e elaboração das leis garantidoras da Segurança Nacional.

INTRODUÇÃO

Em Julho de 1946 presidi uma conferência sobre "as condições futuras da guerra", feitas perante a turma que vos precedeu, a fim de demonstrar o interesse que me despertou essa exposição, introdução de uma série de estudos empreendidos segundo minhas directrizes.

Essa conferência, embora decorridos seis meses, constitui uma base valiosa de informação e de reflexões.

Certos pontos, ainda mal conhecidos por nós naquele momento, como a eficácia dos projéteis atômicos, são agora objecto de informações suficientemente precisas, que justificam algumas rectificações de minúcias, sem prejuizo, aliás, do conjunto.

Procurei, desde aquele momento, destacar, como conclusão, alguns traços essenciais susceptíveis de orientar a continuação de nossas pesquisas.

Hoje, parece-me útil voltar pessoalmente a esses pontos de partida. É, com efeito, chegado o momento de considerar mais de perto esses dados para iniciar a fase das realizações.

Desde um ano, o Exército francês atravessa uma crise de adaptação às condições nascidas do após-guerra e impostas pelo estado de nossas finanças. Nessa situação, que necessariamente se prolongará ainda, convém, entretanto, nada esquecer relativamente ao que possa abreviar o conhecimento das grandes linhas da organização militar a adotar, logo que fôr possível.

Ora, essa organização só pode ser definida em função e à vista de uma *mobilização*, porque a organização militar deve, antes do mais, corresponder às necessidades da guerra, e a guerra moderna, veremos quando estudarmos o problema, repousa em noções novas de mobilização. É, portanto, partindo da ideia de mobilização, que examinaremos os problemas do futuro para deduzir as conclusões de que precisamos, para entrar no domínio das realizações.

É claro que não tenho a pretensão de apresentar-vos um plano cotado — nem mesmo princípios de base definitivamente assentados. Não estou aqui para ensinar-vos o dogma, mas unicamente para apresentar-vos algumas convicções que alimentamos desde já, extrair delas os primeiros elementos de um plano de acção, e convidar-vos a dedicar o melhor de vossa inteligência em reflectir.

AS VARIÁVEIS E AS CONSTANTES

O vertiginoso progresso material desses últimos tempos provocou uma revolução nas formas da guerra, que se pode, desde o presente, entrever em suas linhas mais prováveis, ao passo que a experiência do último conflito permite deduzir um certo número de ensinamentos, sem dúvida válidos para um futuro próximo.

Todavia, tanto no que respêita às hipóteses sobre o futuro, quanto às deduções do passado, é bem possível que nem todas essas conclusões tenha o mesmo valor provável; algumas dependem intimamente do valor e da extensão das invenções novas, enquanto outras se relacionando com o fenómeno da guerra considerado em seu conjunto, ou com as reacções humanas que ele acarreta, tornam-se, numa larga escala, independentes das características técnicas dos petrechos e métodos de combate.

As primeiras, que dependem estreitamente do material de guerra, são essencialmente *variáveis*; as segundas, representam as *constantes*, senão absolutamente imutáveis, pelo menos, de evolução muito lenta.

Diante das terríveis incógnitas das invenções novas, é difícil estabelecer uma arquitetura militar suficientemente válida, se não nos apoiarmos, em primeiro lugar, nessas constantes. A análise destas

constantes
às condições

PR

O fact
poder-se-ia

Esse f
ras nacion
tude ante o
nos exercí
tão grande
grafia, ind
a guerra.

Mas a
esforço de
a toda a s
o avião, a
o raio de
suas retagu
ritório naci
Dessa man
o homem

Partici
rigo de gue
destina, tai
derna um

Isto e
o quadro tr
as forças v
ção da ciê

Result
dernizada o
organizaçã
cursos naci
nova da m

(1) — Por
pressão, a g
Essa noção
dade da vida
Para indicar
são de "guer

constantes é, portanto, indispensável a qualquer ensaio de adaptação às condições da guerra de amanhã.

*
* *
*

PRIMEIRA CONSTANTE: A GUERRA TOTAL

O facto essencial, central, do último conflito, é o *caracter total*, poder-se-ia mesmo dizer integral (1) — *da guerra moderna*.

Esse fenómeno, que se anunciara desde o surto das grandes guerras nacionais que lançaram povos contra povos, assumiu nova amplitude ante o facto da *guerra de material*; a introdução do maquinismo nos exércitos, impõe hoje a necessidade de um esforço de produção tão grande que todos os elementos do potencial de um Estado: demografia, indústria, riqueza e valor técnico, devem ser mobilizados para a guerra.

Mas a guerra não se tornou total somente pela cooperação do esforço de todos; é total também porque estendeu o perigo de guerra a toda a superfície dos países beligerantes. Ontem, a motorização e o avião, amanhã os foguetes e as forças aero-terrestres aumentam o raio de acção dos meios militares além das antigas "frentes" e de suas retaguardas imediatas, e até os pontos mais longínquos do território nacional, que podem ser destruídos ou ocupados pelo inimigo. Dessa maneira, todo o habitante se torna uma vítima possível e todo o homem válido um combatente em potencial.

Participação geral no *esforço de guerra*, participação geral no *perigo de guerra*, participação eventual de todos na luta armada ou clandestina, tais são os três termos essenciais que conferem à guerra moderna um caracter absolutamente total.

Isto equivale dizer que a guerra ultrapassa mais do que nunca o quadro tradicional e especializado dos exércitos, para accionar todas as forças vivas da nação, morais e materiais, seja qual tor a evolução da ciência e sua aplicação à guerra.

Resulta disso que o elemento primacial de toda concepção modernizada da elaboração da defesa do país, deve ser a preparação e a organização da convergência de todas as atividades e de todos os recursos nacionais visando a guerra. Será a *mobilização total*, fórmula nova da mobilização geral.

(1) — Por guerra total, entende-se, depois que LUDENDORFF consagrou a expressão, a guerra estendida a todos os domínios, político, económico e militar. Essa noção amplia o campo de esforço da guerra até fazê-lo ergobar a totalidade da vida nacional, mas não caracteriza o grau de intensidade desse esforço. Para indicar que em cada um desses domínios ele é elevado ao máximo, a expressão de "guerra integral" parece dever ser adotada.

Dessa mobilização total, a mobilização militar é apenas uma parte: hoje, não é mais suficiente aprestar no país tudo quanto seja susceptível de exercer uma função na batalha; torna-se necessário, também suscitar e dirigir as forças de qualquer natureza da Nação. Não pode existir, portanto, mobilização total sem uma verdadeira transformação de todas as actividades em vista da guerra. Esta supõe *uma organização adequada do aparelho governamental*: trata-se, com efeito, menos de preparativos estudados por um ministério especializado que da organização da estrutura do Governo segundo as exigências da guerra total e as necessidades de sua preparação. Verificou-se a existência de uma transformação nesse sentido, no decurso do último conflito, em todos os Estados participantes da guerra, quer totalitários quer democráticos. Se a própria França não conheceu esta adaptação, foi unicamente porque o território de sua Metrópole foi ocupado desde a primeira fase do conflito.

A mobilização total pode ser subdividida em função de seus principais domínios.

1.º *A mobilização moral* do país e o ataque ao moral do adversário, correspondendo ao que se chamou "*guerra psicológica*", chave do "espírito de guerra" ou do "espírito de resistência", e cuja obra essencialmente política incumbe ao conjunto de Governo e aos órgãos de informação. Esta forma de luta foi objecto, nesses últimos anos, de técnicas muito precisas, que devem ser estudadas e postas em acção com método.

2.º *A mobilização da produção*, e o ataque à produção adversa, correspondendo ao que se chamou de "*guerra económica*". Esta mobilização visa não somente à produção necessária aos exércitos, como ainda ao racionamento do consumo e à racionalização da produção "civil", a fim de desembaraçar o máximo de efectivos em prol do combate. *A planificação de guerra*, tal como logrou êxito por métodos diferentes tanto na Rússia como na Alemanha, na Inglaterra como nos Estados Unidos, demanda *previsões feitas com antecedência e uma legislação especial completa*. Pode explicar-se toda a história da guerra pela sucessão das datas em que alemães, russos, ingleses e americanos puseram em acção seu planismo de guerra. Estes últimos só puderam desembarcar na Europa em 1944 porque só se movimentaram em 1940. Dessa maneira, esse planismo condiciona de perto, *vários anos antes*, o potencial propriamente militar dos Estados. Obra do Governo e dos departamentos ministeriais competentes em matéria de economia, de produção e de mão-de-obra, deve ser constantemente preparado e seguido como um dos ramos do plano económico do país.

3.º *A mobilização das amizades exteriores*, correspondendo à chamada "*guerra diplomática*". Trata-se aqui de orientar e de vivificar

a acção di
económica
falado da
à "política
política ex
saria deve
guinte, org

4.º E
luta arma
hoje, de u
encargado
decisão e,
quer para
participar

A mo
mais posit
o "Exérci
poder incu
govername
de mobiliz

Conce
o Governo
de guerra
bamos de
e a condu
do chefe d

Na ex
compreend
riais, senã
sentido ma
de todas a

A lei
o tempo d
a guerra
de recurso
bastante a
de defesa
muita pre
refundi-la,
depois.

Quais
da de 11 d
samente o
expostas,

a acção diplomática segundo concepções que considerem as realidades económicas e estratégicas, tendo em mira a segurança do país. Tem-se falado da antinomia existente entre "ter o exército de sua política" e a "política de seu exército". O que é preciso, na realidade, é ter a *política exterior e o exército de sua política geral*. Esta síntese necessária deve ser constantemente dirigida pelo Governo e, por conseguinte, *organizada* com as engrenagens adequadas.

4.º Enfim, a *mobilização propriamente militar* correspondente à luta armada necessita o accionamento de toda a Nação. Compreende hoje, de um lado, a *mobilização dos exércitos* emanados da Nação e encarregados de empunhar as armas destinadas a obter ou colher a decisão e, de outro lado, *colocar toda a população em estado de defesa*, quer para protegê-la contra todos os perigos, quer para permitir-lhe participar do combate ou da resistência, em caso de invasão,

A mobilização militar "ampliada", que é um dos ensinamentos mais positivos do último conflito, visa, então, a realizar não somente o "Exército nacional", como a "Nação armada" integral. Parece poder incumbir aos ministérios militares, mas exige um concerto governamental por causa de suas interferências com as outras formas de mobilização.

Concebe-se que, numa nação moderna, seja indispensável que o Governo permaneça sempre organizado (e não unicamente em tempo de guerra) de maneira que possa garantir as quatro funções que acabamos de analisar sumariamente. Sua síntese constitui a *preparação e a conduta da guerra total*, que dependem evidentemente do escalão do chefe do Governo.

Na execução, essa preparação e essa conduta da guerra total compreendem a actividade da maior parte dos departamentos ministeriais, senão de todos. Com efeito, conforme Clausewitz já vira, num sentido mais restrito, a guerra total é a continuação e a intensificação de todas as actividades vitais do país.

A lei de 11 de Junho de 1938, sobre a *organização da Nação para o tempo de guerra*, organizava convenientemente a preparação para a guerra total, encarregando cada ministro de mobilizar a categoria de recursos correspondente à sua actividade. Mas esta lei parece, hoje, bastante antiquada, notadamente porque só atende às providências de defesa passiva e de mobilização industrial, e ainda distingue com muita precisão a requisição civil da mobilização militar. Impõe-se refundi-la, para utilizar a experiência que adquirimos dolorosamente, depois.

Quais poderiam ser as grandes linhas da nova lei substitutiva da de 11 de Julho de 1938? Esta legislação também deverá visar não somente o tempo de guerra como o de paz, porque além das razões já expostas, os acontecimentos destes últimos anos demonstram que tan-

to é possível que a passagem da paz para a guerra se processe gradativamente quanto por surpresas brutais, como sucedeu em Pearl-Harbor, e que o estado de paz pode, às vezes, conter perigos temíveis para a nação. Pode-se imaginar, igualmente, que um certo número de órgãos governamentais e administrativos sejam instituídos com a finalidade de coordenar a actividade dos diferentes departamentos ministeriais. Esta coordenação é concebível no escalão central, o da guerra total, ou no escalão do que chamamos de mobilização psicológica, de mobilização económica, de mobilização das amizades exteriores e da mobilização propriamente militar, ou ainda a outros escalões (o do território, ou da pesquisa científica, por exemplo) como fizeram nossos Aliados durante a guerra.

Do estudo do problema é possível deduzir-se um certo número de conclusões tecnicamente válidas. Esse problema, no entanto, cuja solução depende da nação inteira, é sobretudo um problema político, como tudo quanto se relaciona com a organização do Governo. Não podemos, portanto, aqui, como técnicos militares, fazer mais do que frizar, do ponto de vista do exército, a importância das questões criadas pela organização da guerra total, e acompanhar atentamente as soluções que lhes forem dadas.

A segunda consequência da guerra total é a transformação da noção do Serviço Militar — com suas excepções do tempo de guerra, como a "selecção dos especializados" — para ampliá-la até a do "Serviço Nacional".

Durante toda a duração de sua existência activa, cada homem ou mulher tem um dever eventual de guerra na produção, na administração ou no exército, e as obrigações que daí resultam devem ser imperativas para todos. A execução deste princípio constituiria o Serviço Nacional. Por outro lado, o Serviço Nacional poderia acarretar obrigações sociais ou coletivas, notadamente no que concerne às empresas.

A aplicação do Serviço Nacional, tanto às necessidades civis quanto às militares, levaria à resolução de problemas novos para nós.

De vez que se torna necessário repartir os recursos de pessoal por dois sectores, o dos exércitos, por um lado, o da produção, de outro, surge a obrigação de estabelecer-se um *justo equilibrio* entre as necessidades de ordem militar e as necessidades gerais do país em tempo de guerra e em tempo de paz. Deve-se, igualmente, procurar para cada individuo ou coletividade, a utilização capaz de proporcionar o *melhor rendimento* de suas actividades em tempo de guerra, quer essa actividade seja de caracter psicológico, administrativo, económico ou militar.

Dessa m
o tempo de
que se preve
confira a ca
paração para
do tempo de
cessidades da
necer ao sec
saveis às mi
do país e à
guerra.

Esse "A
guerra, seria
lógicas. E m

O Serv
militar em t

As ide
temente ama
tude definiti
tunidade qu
puramente i
téria para r

Pode-se
importante
civil, produ
só participa
ção. Sua c
reservistas
ria, então, s
obrigações c

Uma s
ctijas aptid
condutores
exempio, tr
rários de u
Enfim,

resse vital p
actividades,
tir-se do m

Todas
tar activo a
País. A d
a nossas tr
compensar,
de que os

Dessa maneira, se é conduzido à necessidade de elaborar, para o tempo de guerra, um verdadeiro "Plano", no escalão nacional, em que se preveja o conjunto das necessidades do país em guerra, e que confira a cada sector os meios que lhes sejam indispensáveis. A preparação para a guerra requer, ainda, o estabelecimento de um plano do tempo de paz, não somente para atender permanentemente às necessidades da economia, como o plano Monnet actual, como para fornecer ao sector militar os homens, o dinheiro e os produtos indispensáveis às missões permanentes das forças armadas, à instrução militar do país e à constituição dos stocks de toda a espécie, necessários à guerra.

Esse "Plano Nacional" para o tempo de paz e para o tempo de guerra, seria a base de toda a coordenação e de todas as previsões lógicas. E naturalmente, obra do Governo.

O Serviço Nacional poderia igualmente permitir que o *serviço militar* em tempo de paz fosse considerado por um prisma novo.

As ideias emitidas a esse respeito não se acham ainda suficientemente amadurecidas para que se possa, desde já, adoptar uma atitude definitiva quanto a esse assunto; mas não quero perder a oportunidade que esta conferência me proporciona, para expor, a título puramente indicativo, algumas concepções que poderão fornecer matéria para reflexão.

Pode-se deduzir da noção de mobilização total que uma parte importante da população será utilizada, durante a guerra, no sector civil, produção ou administração: Esses "reservistas a título civil" só participarão da luta armada na defesa local, em caso de invasão. Sua qualificação militar não é, portanto, a mesma que a dos reservistas relativos às forças armadas. Sua instrução militar poderia, então, ser mais sumária, devendo-se, entretanto, impor-lhes novas obrigações de ordem civil.

Uma segunda categoria seria a constituída pelos profissionais cujas aptidões possam ter aplicação imediata na organização militar: condutores de cargas pesadas, ou bons mecânicos de reparações, por exemplo, transformar-se-ão rapidamente em soldados de trem ou operários de unidades de reparações.

Enfim, certas profissões podem ser, em tempo de paz, de interesse vital para a Nação: é o caso actual dos mineiros; amanhã, outras actividades, notadamente nos territórios de além mar, poderão revestir-se do mesmo carácter.

Todas essas considerações levam à concepção de um *serviço militar activo de varios graus*, segundo as necessidades do Exército e do País. A desigualdade que daí resultasse, poderia parecer contrária a nossas tradições; mas a aplicação do Serviço Nacional permitiria compensar, com obrigações civis *equivalentes*, as obrigações militares de que os beneficiários fossem liberados. Dessa maneira, o Serviço

Nacional seria *igual para todos*, mas admitiria dosagens diferentes de obrigações militares e civis.

É, sem dúvida, muito cedo para julgar como o País acolheria essas concepções novas. É preciso não dissimular também que a forma das obrigações civis em tempo de paz é de elaboração difícil, e que a diversidade das obrigações militares pode chocar-se com sérias objeções de ordem política. É de ver, ainda, que o Serviço Nacional, talvez de aplicação delicada em tempo de paz, se imporia em tempo de guerra, como uma das bases da mobilização total. Sob essa forma, aliás, ele não faria mais que sistematizar certas tentativas postas em prática no decurso das duas últimas guerras.

*
* *
*

Dessa maneira, a forma total tomada pela guerra moderna é susceptível de causar repercussões profundas nas nossas instituições. Desde 1946, o legislador sentiu perfeitamente essa tendência, e incluiu, pela primeira vez na França, na Constituição da IV República, as noções de "comunhão dos recursos" para segurança da União Francesa, e da "coordenação das medidas de Defesa nacional". Essas noções gerais, porém, que se situam na escala dos princípios constitucionais, devem agora traduzir-se numa *legislação adequada, e numa adaptação da estrutura governamental e dos órgãos administrativos*, atendendo-se a essas preocupações essenciais.

Sem a construção desse edifício, nada de válido poderá ser entendido no domínio da técnica militar, de vez que este não é mais no presente, do que uma das componentes da guerra total e que, de qualquer maneira só pode ser a resultante do esforço fornecido pelos outros domínios. Esta interdependência completa entre as diversas formas da guerra total tornou-se uma evidência surgida do estudo de cada problema e, notadamente, em tudo quanto se relaciona com a preparação para a guerra. Ora, hoje, devido aos prazos consideráveis exigidos pela realização, principalmente dos programas de fabricação, a *preparação comanda e domina a execução*. Não é possível conduzir operações militares sem um esforço prévio para a preparação das forças do País, preparação que já é, *varios anos antes das operações militares*, um acto de guerra total. Vemos, dessa maneira, aparecer a noção do que se pode denominar de "*páz estratégica*".

Conciente dessa realidade, o Exército sente-se incapaz de resolver, por si só, os problemas dos quais sua potência depende intimamente. Longe de pretender fiscalizar, sob o pretexto de Defesa Nacional, o conjunto das actividades do País, deseja ardentemente que,

ultrapassando a rância militar ciência de seu espécie que a mulas novas

SEG

No domínio mas, pode-se ip tre tantas vari

As invençõ comuns :

a) *Primei* projtil, ou o a bomba atômica cósmicos.

À superfíc volume atmosf velocidades e d

Correlativa rina que o abri

b) Em seq enorme da pot ampla; a energ dimento dos m as blindagens, que ainda não recurso de efei

(1) — A carga e bedigerantes, para processo consiste elus, de maneira cialmente calcula "dirigida", em ve forças aumenta es perfurante.

A carga "pla e que não foi emp ureto. Considera 1946, efeitos verda epessura e contr do pelo Senhor C do Brasil).

ultrapassando a concepção "Defesa Nacional", eivada de preponderância militar em sua acepção tradicional, a Nação inteira tome consciência de seu papel permanente no concerto dos esforços de toda a espécie que a guerra total exige, e que se adapte resolutamente às formulas novas que, sòmente elas, podem garantir-lhe a segurança.

*
* *
*

SEGUNDA CONSTANTE : O TERRITÓRIO

No dominio militar pròpriamente dito, isto é, o da luta pelas armas, pode-se igualmente distinguir certo número de "constantes", entre tantas variáveis decorrentes da evolução dos materiais de guerra.

As invenções recentes compreendem, com efeito, características comuns :

a) *Primeiro, propagam-se quase todas pelo ar* : quer utilizem o projétil, ou o avião transportador de tropas ou engenhos de destruição, bomba atômica, infecção bacteriológica, ou sensibilização aos raios cósmicos.

À superfície rugosa da terra, ou à lisa do mar, junta-se, agora, o volume atmosférico ou estratosférico, único que permite as grandes velocidades e os grandes alcances.

Correlativamente, é na terceira dimensão subterrânea ou submarina que o abrigo indispensável se estabelecerá.

b) Em seguida, todas essas invenções conduzem a *um acréscimo enorme da potência do fogo*, "fogo" considerado na sua acepção mais ampla; a energia nuclear multiplica, em proporções inauditas, o rendimento dos melhores explosivos; à carga "*creuse*", que perfura todas as blindagens, a carga "*plate*" (1) junta um acréscimo de potência que ainda não revelou seus limites; a arma bacteriológica pode ser um recurso de efeitos consideráveis.

(1) — A carga *creuse* foi muito empregada durante a guerra 39-45, por todos os beligerantes, para aumentar o poder perfurante dos projéteis contra-couças. O processo consiste essencialmente em repartir o explosivo no interior do corpo do obús, de maneira a formar, na parte anterior, um "vasio" de forma cônica, especialmente calculado. No momento da explosão, a deflagração é mais ou menos "dirigida", em vez de disseminar-se em todas as direções. Essa concentração de forças aumenta enormemente a potência no ponto de impacto, isto é, o efeito perfurante.

A carga "*plate*" é uma invenção franco-alemã que data do fim da guerra, e que não foi empregada por ocasião do último conflito. Esse processo permanece secreto. Consideravelmente aperfeiçoado mais tarde, pelos franceses, obteve, em 1946, efeitos verdadeiramente fulminantes contra placas de couraçamento de grande espessura e contra os carros mais pesados. (Esclarecimentos gentilmente fornecidos pelo Senhor Coronel A. Buchalet, Adido Militar junto à Embaixada da França no Brasil).

c) Enfim, os progressos incessantes em matéria de propulsão por reacção e a dirigibilidade à distância abrem agora a essa potência destruidora e aos deslocamentos das forças *um enorme campo de acção, na escala dos continentes e até do planeta.*

Essas perspectivas levam a considerar-se *um acréscimo de mobilidade, do alcance e da potência do fogo, e a prioridade da ameaça aérea.*

Desde logo, seja qual for a forma das operações militares, pode-se admitir como certo que estas se applicaram à totalidade do território nacional, não sómente ao da Metrópole como à de toda a União Francesa tomada no seu conjunto, e que, por conseguinte, *a defesa do território deve conceber-se não mais na sua periferia, nas suas fronteiras, e sim em toda a sua superficie.*

Para que a defesa do País abranja toda a sua superficie, é necessário distinguir completamente *as divisões territoriais, do corpo de batalha*, reserva estratégica poderosa, capaz de intervir como força possante onde o inimigo exercer seu esforço. Essa reserva estratégica, à disposição do Comando Supremo, parece dever articular-se normalmente nos diversos teatros de operações, de acordo com a manobra de conjunto. Quando os elementos dessa reserva se destinarem a intervir em proveito de um teatro, deverão ser postos à disposição desse teatro. Dessarte, na concepção geral da guerra militar, a defesa territorial representaria mais ou menos o papel de uma armadura que cobrisse todas as partes do território nacional, ao passo que o Corpo de Batalha significaria a espada incumbida de golpear o inimigo e de parar seus golpes.

Esse Corpo de Batalha moderno, forma rejuvenescida dos exércitos tradicionais, constituído, sem dúvida, da combinação de unidades das três armas, parece dever ser dotado de grande mobilidade proporcionada à escala dos teatros de operações do futuro. Será, então, inteiramente motorizado, e muito possivelmente, aéro-transportável, para poder saltar de um teatro de operações para outro. Deverá, por conseguinte, aliar a leveza à potência, fórmula que só será realizável mediante o emprego de materiais de concepção nova, cuja elaboração está apenas iniciada.

Esta análise mostra que o Corpo de Batalha de amanhã se subordina tão estreitamente às variáveis técnicas, que não nos podemos firmar nas soluções previstas presentemente. (1)

(1)— Não examinaremos, por conseguinte, aqui, a constituição interna do corpo de batalha. Importa, entretanto, a fim de prevenir qualquer equívoco, assinalar que todas as razões que militam em favor do Exército Nacional, applicam-se ao Corpo de Batalha; este, segundo nossas tradições militares, será formado de unidades activas, pelo princípio das conscrições, e reforçado por uma mobilização que combine as reservas com núcleos activos suficientes.

Se, na su
de suas missõe
gir forças imp
notável — en
senão um dom
impulsionados.

Contrária
desde já, const

Com efei
categorias seg

a) Organ
aérea que cubr
e destruir os e
defensivas e a
vedeta-radar, e
seada em enge
adversos. Pru
zar-se de rese
mento perman

A Protecç
mente em vias
veis em face à
malmente e in

b) Organ
sómente das p
ponto de vista
tenham import

A auto-de
a guarda desser
diata, aguardar
poderosamente
iniciar a organ
de redes de arr

Os efectivos
obtidos pela m
inspiradas na “
Milícias Suiças
der integrar-se
denada com el

Esta anális
clusãoes certam
que se o equip
cepção aérea
do material de

Se, na sua forma de transição, deve ser sempre mantido à altura de suas missões permanentes que, mesmo em tempo de paz, pode exigir forças importantes, — a Indochina é, a esse respeito, um exemplo notável — em sua forma futura, não pode e não deve ser actualmente senão um domínio de realizações progressivas e de estudos activamente impulsionados.

Contrariamente, a concepção nova da *defesa do território*, pode, desde já, constituir objecto de conclusões imediatamente aplicáveis.

Com efeito, essa defesa parece dever admitir as duas grandes categorias seguintes :

a) Organização de uma forte infraestrutura da *intercepção aérea* que cubra o conjunto do território e que seja capaz de revelar e destruir os engenhos inimigos no ar, e de alertar em tempo as forças defensivas e as populações. Hoje, formada pela combinação de vedeta-radar, de caça e de D. C. A., poderá ser amanhã, talvez, baseada em engenhos rádio-dirigidos, lançados ao encontro dos projectis adversos. Pronta para funcionar a qualquer momento, deverá utilizar-se de reservistas mobilizados no local, dentro de um enquadramento permanente sempre a postos.

A *Protecção Nacional*, espécie de defesa passiva ampliada, actualmente em vias de elaboração, e que vai necessitar de meios consideráveis em face à potência de destruição das armas novas, deve ser normalmente e intimamente ligada à organização da *intercepção aérea*.

b) Organização da *auto-defesa* dos pontos sensíveis, isto é, não somente das posições, zonas, instalações e depósitos interessantes do ponto de vista estratégico, como também de todas as organizações que tenham importância quer do ponto de vista político, quer da produção.

A auto-defesa deverá realizar perenemente : a *protecção*, isto é, a guarda desses pontos sensíveis, e, em caso de ataque, sua *defesa imediata*, aguardando, se for necessário, a intervenção das forças móveis poderosamente armadas. Em caso de invasão, a auto-defesa deverá iniciar a organização da *resistência interior*, mediante a constituição de redes de arame farpado e de guerrilheiros.

Os efectivos consideráveis exigidos pela auto-defesa só podem ser obtidos pela mobilização *local* das populações, segundo modalidades inspiradas na "Home Guard", na "Defesa Civil" e, eventualmente, nas Milícias Suíças. A organização da "Protecção Nacional" deverá poder integrar-se nesse sistema e, em qualquer caso, intimamente coordenada com ela.

Esta análise permite tirar-se, desde já, um certo número de conclusões certamente válidas no futuro. É fora de dúvida, com efeito, que se o equipamento e o modo de agir das forças incumbidas da *intercepção aérea* e do combate terrestre são, por muitas razões, função do material de guerra em vias de elaboração, a articulação dessas for-

ças, sua localização, e, notadamente, a maneira de colocá-la a postos, *acham-se ligadas directamente à própria noção do território*, constante sobre a qual se podem construir as grandes linhas do sistema.

a) É necessário, em primeiro lugar, *articular o território* do conjunto da União Francesa em teatros de operações, zonas estratégicas e sectores de defesa, bases de operações e zonas sensíveis. Essa articulação pode ser deduzida, desde já, do estudo estratégico e económico dos territórios da União Francesa. Poder-se-á, então, definir as regiões essenciais e a ordem de urgência dos esforços. Sem querer prejudicar aqui da articulação geográfica que teremos de escolher, convém examinar as grandes linhas do problema, tal como começam a revelar-se.

O *teatro de operações*, escalão de comando combinado que abrange o território e os dos elementos do Corpo de Batalha postos à sua disposição, deve corresponder ao vulto das necessidades aéreas. Para aviões que fazem mais de 1.000 Km. por hora, só se podem conceber teatros de operações muito vastos que podem ultrapassar mesmo, em extensão, os limites do território nacional.

Teatros de operações tão consideráveis, devem, então, subdividir-se para que o comando combinado possa ser exercido. Chega-se, dessa maneira, à noção de regiões ou *zonas estratégicas* nas quais a defesa do território e as forças dos Três Exércitos seriam reunidas sob um mesmo comando, continuando, entretanto centralizados no escalão dos teatros de operações a conduta da batalha aérea e o comando das reservas estratégicas.

Enfim, os *sectores de defesa* aplicável às fronteiras, às costas e ao interior, compreenderia apenas a defesa territorial reforçada, se for necessário, com elementos do Corpo de Batalha.

A *base estratégica* é uma concepção nova que participa, a um tempo, da antiga base naval, local protegido onde se encontram os serviços necessários à vida e à reparação das forças de alto mar, e do possante aparelhamento logístico que vimos funcionar nos domínios de nossos Aliados, em proveito dos Exércitos em operações. A base estratégica transforma-se na *zona* onde se acham implantados os serviços necessários à acção do Corpo de Batalha. É normalmente um conjunto de instalações, infraestruturas aéreas, porto, depósitos, estabelecimentos de reparações, etc... cobertos por defesas adequadas contra as ameaças terrestres, marítimas e aéreas. É posta, por conseguinte, sob um comando combinado. A dispersão hoje imposta pela ameaça atômica, leva à consideração não de uma cidade ou um porto, mas de toda uma região, como por exemplo, a Bretanha ocidental em lugar de Brest, ou a Tunísia do norte em vez de Bizerta.

De ig
território
sensível" n

b —
que compr
mentos é o
diversas ca

Essa
nente em s
flito para
transmissõe
em condiçõe
protecção
mediante a
meio de fo

Dessa
tinado as
plano mate

c) —
ritoriais.

Entrar
essas força
maior parte
das de mar
e protecção
ritoriais de
sorganize a
mediante o
a trabalhar
concorreria

Dessa
jovens do
e instruid
cia, da pro
incêndios, c
ses pontos
quase univ
os problem
militar e as

(1) — A or
ria servir de

De igual maneira, a noção de *zona sensível*, parte importante do território nacional, deve ampliar agora a antiga concepção de "ponto sensível" na escala das grandes aglomerações industriais ou humanas.

b — É mister, em segundo lugar, *implantar uma infra-estrutura* que compreenda os órgãos de comando, as transmissões, os estabelecimentos e os depósitos, em suma, tudo quanto constituir a *ossatura* das diversas categorias da defesa territorial.

Essa ossatura, convém fixar bem esse ponto, deverá ser *permanente* em seus elementos essenciais, porque não se pode esperar o conflito para só então instalar os P. C., centrais de informações ou de transmissões, órgãos de reparação e de manutenção que devem estar em condições de funcionar desde o rompimento das hostilidades. A protecção desses órgãos vitais deve efectuar-se desde o tempo de paz mediante a construção ou aproveitamento de abrigos passivos e por meio de fortificações de um novo tipo.

Dessarte, a infra-estrutura territorial substitui o lugar outrora destinado as defesas que se preparavam sobretudo nas fronteiras. No plano material, representa o aspecto moderno da cobertura.

c) — Cumpre, enfim, *preparar o apréstamento das forças territoriais*.

Entramos, aquí, num domínio inteiramente novo. Com efeito, essas forças territoriais, ao que parece, devem constituir-se, na sua maior parte, de unidades de *mobilização local*: estas serão organizadas de maneira a fornecer as permanências suficientes para a guarda e protecção das zonas sensíveis e ao funcionamento dos serviços territoriais de defesa aérea, costeira e terrestre, sem que, para isto, se desorganize a produção. Em caso de perigo, esses meios se reforçariam mediante o alertamento da população, da qual uma fração continuaria a trabalhar, enquanto que, em caso de ataque, todos os reservistas concorreriam para a defesa.

Dessa maneira, as *Reservas* correspondentes reforçadas pelos jovens do Serviço pré-militar, deverão ser organizadas, enquadradas e instruídas segundo o plano local (1) a fim de participar da vigilância, da protecção dos pontos sensíveis, da D. C. A., da extinção dos incêndios, da salvação dos feridos, bem como da defesa imediata desses pontos sensíveis. Notam-se as interferências desta mobilização quase universal, embora diferenciada, com a própria vida da região e os problemas que daí resultam para as relações entre o Comando militar e as Autoridades civis.

(1) — A organização do Serviço Pre-Militar cria uma infra-estrutura que poderia servir de início à organização dessa mobilização ideal.

A organização dessa mobilização local que visa a auto-defesa e a auto-protecção surge como uma das tarefas mais importantes que nos cumpre resolver, tanto pela sua necessidade quanto por sua novidade.

Convém frisar, antes de abandonar o assunto, que a *organização da defesa do território*, a respeito da qual podemos raciocinar sem grandes riscos de errar, é também o domínio em que as realizações menos se chocam, actualmente, com dificuldades financeiras ponderáveis.

Com efeito, o armamento das forças territoriais não reclama, em geral, mais do que um material conhecido, na maioria dos casos leve e fácil de multiplicar-se (1). A implantação da infra-estrutura, mais onerosa, poderá ser realizada progressivamente, a começar pelas zonas mais sensíveis. Estamos, portanto, desde já, em condições de empreender a constituição de um dos elementos essenciais de nossa defesa, enquanto aguardamos a possibilidade, intelectual e financeira, de reconstituir um Corpo de Batalha moderno que corresponda às nossas necessidades e possibilidades.

A defesa do território e a organização de suas forças devem constituir nosso primeiro objectivo.

* * *

TERCEIRA CONSTANTE : O DINAMISMO HUMANO

Se reduzirmos as cousas à sua expressão mais simples, os problemas criados pela concepção, realização e utilização de um Corpo de Batalha moderno, e pelo accionamento da defesa territorial exigem modificações paralelas de nossos hábitos de espírito e de nossos métodos de formação.

A impossibilidade de considerar como atingido um estágio da evolução científica, de vez que as descobertas novas renovam constantemente os problemas, não permite, na ordem intelectual, qualquer conformismo, qualquer atitude estática. A necessidade de prever formas de combate dispersas, às vezes isoladas, exigindo qualidades excepcionais de iniciativa, interdiz, na ordem humana, qualquer passividade. *O denominador comum deve ser, portanto, a procura das qualidades dinâmicas* : — imaginação e curiosidade, por um lado, iniciativa e responsabilidade, de outro; nos dois planos, vivacidade e plasticidade.

(1) — Poderá, igualmente, admitir o emprego do material pesado actual (carros e artilharia) cujas condições impedem sua utilização no Corpo de Batalha.

Esse d
tremamente
precedente e
eito deve to
discutidas se
junção hierár
de nenhum es

Todavia,
vernada. Par
duza outra co
mente necessá
racterizada po
muito complet

De igual
dos combatent
lem para a m
homem avulta
pliam e quanc
tão, força-lo a
lectual e mor
instrução da
a faculdade d
todos da instr
sua força pess
guerra irregu
sem hesitação

Para os o
desde os men
chefes uma f
da importânci
um senso táct
cadas e de gr

O compl
dade dos chef
plina intelectu
tem a visão d
ções.

Dessarte,
mento do dín
preparação pa
de exercer no

Esse dinamismo impõe o abandono do hábito intelectual extremamente prudente e um tanto preguiçoso, preso à pesquisa do precedente e caracterizado pelo fetichismo do regulamento. O exército deve tornar-se centro de "corrente de idéias" largas e livres, discutidas sem preconceitos e sem a intervenção peremptória da injunção hierárquica, porque a imaginação criadora não é monopólio de nenhum escalão.

Todavia, imaginação criadora não quer dizer imaginação desgobernada. Para que essa corrente geral de curiosidade incessante traduza outra cousa que não um simples jogo de palavras, é absolutamente necessário apoiá-la numa *organização racional da previsão*, caracterizada por meios poderosos de *pesquisa científica*, e informações muito completas sobre as ideias e as realizações estrangeiras.

De igual maneira, esse desejo de dinamismo exige na formação dos combatentes, chefes ou soldados, o abandono de métodos que apelem para a memória mais do que para a personalidade. O papel do homem avulta quando os meios que lhe cumpre pôr em acção se ampliam e quando o combatente se encontra mais isolado; impõe-se, então, forçá-lo a adquirir o máximo de seu potencial humano, físico, intelectual e moral. Eis por que, desde o presente, o exército orienta a instrução da tropa no sentido de desenvolver a qualidade humana e a faculdade de adaptação do soldado. Para esse fim, recorre aos métodos da *instrução "choque"*, que dá aos combatentes a plenitude de sua força pessoal e coletiva, prepara-os para "aguentar firme, tanto na guerra irregular quanto na batalha moderna, e os habilita a utilizar sem hesitação os armamentos mais recentes.

Para os quadros, *o aumento da iniciativa e das responsabilidades*, desde os menores escalões da hierarquia, exige da parte de todos os chefes uma formação vigorosa do character. Devem estar convictos da importância do factor humano na condução das unidades, e possuir um senso táctico experimentado, a fim de saber tomar decisões delicadas e de graves consequências.

O complemento indispensável desse reforçamento da personalidade dos chefes de todos os escalões, reside na prática de *uma disciplina intelectual rigorosa e leal*; somente ela garante ao Comando, que tem a visão do conjunto, a segurança absoluta na conduta das operações.

Dessarte, na ordem intelectual como na da acção, o desenvolvimento do dinamismo de que o homem é capaz, surge como a melhor preparação para o exercício das funções ainda mal definidas que terá de exercer no serviço de materiais possantes, nas eventualidades da

guerra moderna. *O homem continuará a ser a "arma" fundamental da guerra moderna.*

* * *

CONCLUSÃO

A análise que acabamos de fazer permite tirar do conjunto ainda nebuloso das concepções relativas à guerra futura, um verdadeiro *plano de acção*.

1.^o Da noção de guerra total, deduz-se a necessidade de uma adaptação governamental e legislativa que se traduz, notadamente, *numa lei sobre a organização da nação, visando a mobilização total*;

2.^o De igual maneira, a noção de defesa "em superfície" permite, desde já, construir o quadro de conjunto da *defesa do território*, com suas categorias principais e sua articulação geral;

3.^o Essas duas noções geram uma concepção nova do dever do cidadão na expectativa do tempo de guerra, que conduz a um *Serviço Nacional*, fórmula ampliada da antiga mobilização e, talvez, do Serviço Militar em tempo de paz;

4.^o A necessidade de adaptação à evolução do progresso, induz a suscitar, no exército, uma corrente intelectual, que convém apoiar *numa forte organização da Pesquisa científica e da informação*;

5.^o No domínio da instrução, é possível, desde o presente, formar uma doutrina capaz *de exaltar o dinamismo humano e de desenvolver as faculdades de adaptação aos materiais modernos, como às situações imprevistas do futuro*.

Eis as grandes linhas de nossas concepções actuais e do nosso trabalho de amanhã. Certas partes puramente técnicas, dependem unicamente de nós. Outras, ao contrário, somente serão possíveis mediante a participação e a compreensão da Nação inteira.

Importa, pois, que os problemas que acabo de evocar sejam objecto de amplos debates tanto nos nossos meios militares como perante a opinião, a fim de que o Exército e a Nação sejam impregnados da consciência das necessidades novas, impostas pela segurança e a defesa do País.

Elimine



DE